



Relatório de Atividade e Contas 2022

Senhores Acionistas,

Dando cumprimento ao disposto na Lei e nos Estatutos, vem o Conselho de Administração submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2022.



1. Mensagem do Diretor Geral

2022 foi mais um ano atípico, com os resultados da Sociedade a serem fortemente impactados pelo contexto internacional desfavorável, em particular a guerra na Ucrânia que atingiu os mercados grossistas de energia a uma escala sem precedentes.

Os resultados da Sociedade ficam indelevelmente marcados pelas consequências da crise energética. O preço de aquisição de gás natural, a energia primária utilizada na Rede Urbana de Frio e Calor do Parque das Nações, atingiu em setembro de 2022 o recorde histórico de 228 euros por MWh, quase dez vezes superior ao preço médio deste combustível no ano anterior. Esta escalada de preços tornou economicamente inviável a produção de eletricidade numa instalação com as características da Central Térmica da Climaespaço, conduzindo à inédita decisão de parar a cogeração na segunda metade do ano.

A paragem da cogeração foi uma medida indispensável para limitar as perdas decorrentes do aumento descontrolado do preço do gás natural, mas foi insuficiente para impedir a Climaespaço de ter em 2022 um resultado historicamente negativo.

Ainda assim, nem tudo foi negativo no exercício que agora termina. Em termos de volume de energia térmica vendida, foi possível regressar a níveis próximos da fase pré-pandemia, com o fornecimento de frio e calor a crescer, respetivamente, 35% e 16% face a 2021. Um sinal claro de que a retoma da atividade económica se reflete diretamente no mercado da Climaespaço.

Sob o ponto de vista operacional, assinalam-se os ganhos de eficiência alcançados em 2022. Uma instalação que se aproxima dos vinte e cinco anos, voltou a obter no ano passado um dos seus melhores desempenhos de sempre em matéria de indicadores de eficiência energética e ambiental.

Voltou também a verificar-se em 2022 um excelente desempenho na área da segurança: não ocorreu qualquer acidente de trabalho envolvendo a equipa da Climaespaço ou das sociedades subcontratadas. Um registo que se mantém há já 12 anos e que é fruto do investimento permanente de formação e melhoria das condições de trabalho. Este é um resultado particularmente importante, já que a segurança continua a ser a primeira prioridade da empresa e do Grupo ENGIE.

Uma palavra final de agradecimento aos acionistas, pelo apoio e suporte permanente, aos clientes, pela confiança depositada na empresa e aos colaboradores, pelo empenho, profissionalismo e dedicação. A todos reafirmamos o nosso compromisso de continuarmos a crescer de forma responsável e sustentada.

João Castanheira



2. Aspetos Relevantes

Ética

Em linha com os seus valores e compromissos a Climaespaço procura agir em todas as circunstâncias em conformidade com as Políticas do Grupo e com as Leis e Regulamentos em vigor.

A ética é uma prioridade: sem ética uma empresa não é sustentável, por isso temos ZERO TOLERÂNCIA em relação a comportamentos não éticos.

A nossa Política de Ética sustenta as nossas decisões estratégicas, a nossa gestão e as nossas práticas profissionais diárias, baseando-se em quatro princípios fundamentais:

- **Agir em Conformidade** com as leis e os regulamentos;
- Instituir uma **Cultura de Integridade**;
- Demonstrar **Lealdade** e **Honestidade**;
- **Respeitar os Outros**.

Segurança, Higiene e ambiente no Trabalho

A Saúde e Segurança no trabalho são a prioridade número um da Climaespaço. Não é negociável e vem antes de qualquer outra consideração, para todas as pessoas que trabalham para o Grupo – colaboradores próprios, trabalhadores temporários ou subcontratados”.

A política do grupo procura fazer de cada um de nós um interveniente empenhado na sua saúde e segurança assim como dos outros. É um compromisso pessoal, mas também coletivo.

A nossa política visa:

- Preservar a integridade das pessoas e dos bens;
- Favorecer a qualidade de vida no trabalho;
- Melhorar a saúde e segurança através do profissionalismo de todos.

A Climaespaço cumpre com as Políticas e Regras do grupo assim como com a Legislação e Regulamentos em vigor.

Desenvolvemos e implementamos continuamente metodologias que contribuem para o programa NO LIFE AT RISK, NO MIND AT RISK, NO ASSET AT RISK. São exemplos:

- 9 Regras que Salvam Vidas;
- Visitas Preventivas de Segurança;
- HIPO's;
- 15' Segurança;
- Newsletter SST mensal;
- Campanhas periódicas H&S.
- Newsletter mensal;

- Campanhas periódicas H&S.

Tal como nos anos anteriores, em 2022 não foi registado qualquer acidente de trabalho, pelo que a taxa de frequência e a taxa de gravidade foram ambas iguais a zero.

Situação Económica e Financeira

	2022	2021	VARIAÇÃO
Vendas e Prestações de serviços	18.218.231	12.765.376	42,7%
EBITDA	3.367.545	4.659.109	-27,7%
Resultados Operacionais (EBIT)	-2.162.097	-582.436	-271,2%
Resultados Financeiros	-13.317	-12.912	-3,1%
Resultado Líquido	-1.801.026	-470.068	-283,1%
Investimentos	101.223	428.355	-76,4%
Dívida Líquida	-10.559.085	-9.635.768	9,6%
Activo Líquido	22.658.038	22.327.132	1,5%
Passivo	14.512.267	12.298.710	18,0%
Capitais Próprios	8.145.771	10.028.422	-18,8%

Em 2022 o volume de negócios cresceu 42,7% face ao ano anterior e situa-se em 18 milhões de Euros. Este crescimento foi influenciado pelo aumento do volume de vendas (recuperação pós pandemia) e, sobretudo, pelo aumento dos preços de venda na sequência do aumento substancial do custo do gás natural, cujo preço está indexado às tarifas de venda.

O preço das *commodities* registou aumentos significativos, devido à crise energética gerada pela invasão da Ucrânia. Estes aumentos tiveram um impacto direto nos resultados operacionais levando a uma redução de EBIT de 1,6 milhões de Euros.

O contrato celebrado em 12 de julho de 1995 com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no qual a Empresa baseia exclusivamente a sua atividade, tem o seu termo previsto para 31 de dezembro de 2023, podendo ser renovado por períodos adicionais de 10 anos. À data de preparação do Relatório de Gestão subsiste uma incerteza sobre a renovação do contrato de concessão, situação que coloca dúvidas sobre a capacidade da Entidade em se manter em continuidade.

(Handwritten signatures and initials)

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tal como expresso na Demonstração dos Resultados, o Resultado Líquido do exercício de 2022 foi negativo em 1 801 026 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a sua aplicação em Resultados Transitados.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2023.

O Conselho de Administração



Pierre Cheyron



João Castanheira



Pedro Cruz



Dominique Schabaillie



Raoul Filaine

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	15 263	40 679
Ativos intangíveis	6	5 078 817	8 369 766
Outros ativos financeiros	13	7 346	4 997
Ativos por impostos diferidos	11	408 001	138 068
Total do ativo não corrente		<u>5 509 427</u>	<u>8 553 510</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	13	4 285 653	2 210 194
Estado e outros entes públicos	16	128 585	-
Outras contas a receber	13	984 190	1 352 930
Diferimentos	14	395 578	574 730
Outros ativos financeiros	5	795 520	-
Caixa e depósitos bancários	4 5 e 13	10 559 085	9 635 768
Total do ativo corrente		<u>17 148 611</u>	<u>13 773 622</u>
Total do ativo		<u><u>22 658 038</u></u>	<u><u>22 327 132</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	5 e 13	8 206 550	8 206 550
Reservas legais	13	691 753	691 753
Outras reservas	13	1 371 935	1 371 935
Resultados transitados	13	(405 067)	65 001
Outras variações no capital próprio - Subsídios	13	105 324	210 647
Outras variações no capital próprio - Impostos diferidos	11	(23 698)	(47 396)
		9 946 797	10 498 490
Resultado líquido do período		(1 801 026)	(470 068)
Total do capital próprio		<u>8 145 771</u>	<u>10 028 422</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	11	119 837	266 218
Outras contas a pagar	15	-	3 028 966
Diferimentos	14	-	3 151 640
Total do passivo não corrente		<u>119 837</u>	<u>6 446 824</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	4 865 664	2 059 873
Estado e outros entes públicos	16	59 133	236 602
Accionistas	5	-	-
Outras contas a pagar	13 e 15	6 251 638	1 199 747
Diferimentos	14	3 215 995	2 355 664
Total do passivo corrente		<u>14 392 430</u>	<u>5 851 886</u>
Total do passivo		<u>14 512 267</u>	<u>12 298 710</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>22 658 038</u></u>	<u><u>22 327 132</u></u>

O anexo faz parte integrante deste balanço em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Climaespaço - Sociedade de Produção e Distribuição Urbana de Energia Térmica, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	18 218 231	12 765 376
Fornecimentos e serviços externos	17	(13 566 141)	(7 026 008)
Gastos com o pessoal	18	(1 556 045)	(1 379 531)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	45 666	119 992
Aumentos/reduções de justo valor	5	(113 456)	-
Outros rendimentos e ganhos	20	415 948	242 163
Outros gastos e perdas	21	(76 658)	(62 883)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 367 545	4 659 109
Gastos / (reversões) de depreciação e de amortização	19	(5 529 642)	(5 241 545)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2 162 097)	(582 436)
Juros e gastos similares suportados	21	(13 317)	(12 912)
Resultado antes de impostos		(2 175 414)	(595 348)
Imposto sobre o rendimento do período	11	374 388	125 280
Resultado líquido do período		(1 801 026)	(470 068)
Resultado por ação básico	22	(0,76)	(0,20)

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações CP's Subsídios	Outras variações CP's Imp. Dif.	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2021		8 206 550	677 308	1 343 044	315 969	(71 093)	65 001	288 906	10 825 685
Alterações no período:									
Aplicação de resultados	13	-	14 445	28 891	-	-	-	-	43 336
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	-	-	-	(288 906)	(288 906)
		8 206 550	691 753	1 371 935	315 969	(71 093)	65 001	-	10 580 115
Resultado líquido do período de 2021								(470 068)	(470 068)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					1				1
Reconhecimento de subsídios ao investimento	10 e 11	-	-	-	(105 324)	23 698	-	-	(81 626)
Resultado integral									(551 693)
Posição em 31 de dezembro de 2021		8 206 550	691 753	1 371 935	210 646	(47 395)	65 001	(470 068)	10 028 422
Posição em 1 de janeiro de 2022		8 206 550	691 753	1 371 935	210 646	(47 395)	65 001	(470 068)	10 028 422
Alterações no período:									
Aplicação de resultados	13	-	-	-	-	-	(470 068)	470 068	-
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	-	-	-	-	-
		8 206 550	691 753	1 371 935	210 646	(47 395)	(405 067)	-	10 028 422
Resultado líquido do período de 2022								(1 801 026)	(1 801 026)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					1				1
Reconhecimento de subsídios ao investimento	10 e 11	-	-	-	(105 324)	23 698	-	-	(81 626)
Resultado integral									(1 882 651)
Operações com detentores de capital no período									
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2022		8 206 550	691 753	1 371 935	105 322	(23 697)	(405 067)	(1 801 026)	8 145 771

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

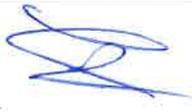
Climaespço - Sociedade de Produção e Distribuição Urbana de Energia Térmica, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes *		17 512 653	13 674 276
Pagamentos a fornecedores		(13 403 089)	(8 975 900)
Pagamentos ao pessoal		(1 211 441)	(740 996)
Caixa gerada pelas operações		2 898 123	3 957 380
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(23 358)	40 026
Outros recebimentos / pagamentos		(1 967 608)	(1 862 912)
Fluxos das atividades operacionais [1]		907 156	2 134 494
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		450	(671 965)
Ativos fixos tangíveis		29 011	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		29 461	(671 965)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Dividendos		-	(245 570)
Juros e gastos similares		(13 301)	(22 728)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(13 301)	(268 298)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		923 316	1 194 232
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	9 635 768	8 441 536
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	10 559 085	9 635 768

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

 <hr/> 	<p>O Conselho de Administração</p>  <hr/> 	<p>O Contabilista Certificado</p>  <hr/> 
--	---	--

Climaespço – Sociedade de Produção e Distribuição Urbana de Energia Térmica, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Climaespço – Sociedade de Produção e Distribuição Urbana de Energia Térmica, S.A. ("Climaespço" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, constituída em 28 de dezembro de 1995 e tem a sua sede em Lisboa.

A Empresa é controlada pelo grupo Engie, com sede em França, sendo as suas demonstrações financeiras diretamente consolidadas na empresa Engie Energie Services, com sede em França.

A atividade principal da Empresa consiste na conceção, construção, financiamento e exploração de sistemas de produção e distribuição urbana de frio e calor destinados ao aquecimento e climatização de espaços e à produção de águas quentes sanitárias.

A constituição da Empresa decorreu do contrato celebrado em 12 de julho de 1995 entre os seus acionistas e a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, ("Contrato de Prestação de Serviço"), o qual estabelece o direito de uso relativo à distribuição urbana de frio e calor na Zona de Intervenção da EXPO'98. Este contrato tem o seu termo previsto para 31 de dezembro de 2023, podendo ser renovado por períodos adicionais de 10 anos.

Até 31 de maio de 1998, a atividade da Empresa consistiu na supervisão do investimento da central e redes de distribuição urbana de frio e calor, dando lugar ao início das operações da Empresa em 1 de junho de 1998.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de fevereiro de 2023.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística, de acordo com o disposto no decreto-lei nº158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei 98/2015, de 2 de junho. Também se adotaram os modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados pelas portarias no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos seguintes:



1. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2. Regime da periodização económica (acréscimo)

A Empresa reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Empresa não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

3. Compensação

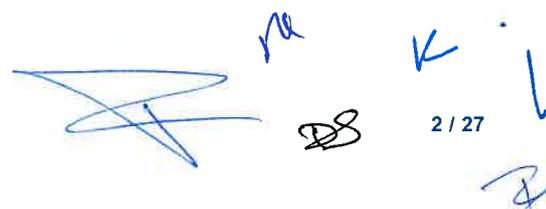
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

4. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

Não existem contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large signature, the initials 'ma', 'DS', and 'K', and the date '2 / 27'.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

Tal como referido na Nota 2.1, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações, apesar de, conforme detalhado na Nota 1, o contrato celebrado em 12 de julho de 1995 com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Contrato de Prestação de Serviço), no qual a Empresa baseia exclusivamente a sua atividade, ter o seu termo previsto para 31 de dezembro de 2023, podendo ser renovado por períodos adicionais de 10 anos. Decorrente desta situação, existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em se manter em continuidade.

3.2 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- E os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos relativos aos direitos de ligação decorrentes de contratos plurianuais de fornecimento de frio e calor são faturados aos clientes no início do respetivo contrato. Os montantes faturados são registados por contrapartida de um passivo na rubrica de "Diferimentos - Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados ao longo do período de duração do contrato de prestação de serviço (Nota 14).

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

 3/27

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

3.5 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Apesar dos subsídios do governo recebido serem relativos aos ativos afetos ao contrato de prestação de serviços existente, sendo a IFRIC 12 omissa quanto ao tratamento dos mesmos, a Empresa entende que estes não se consubstanciam um passivo financeiro, na medida em que não representam qualquer crédito a tarifas futuras no âmbito do contrato de prestação de serviços, e nessa medida, não correspondem a uma conta a pagar, razão pela qual são apresentados em rubrica autónoma do capital próprio, tal como previsto na Norma Contabilística de Relato Financeiro 22.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes (infraestrutura com direito de uso) são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período do contrato de prestação de serviço (25 anos).

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

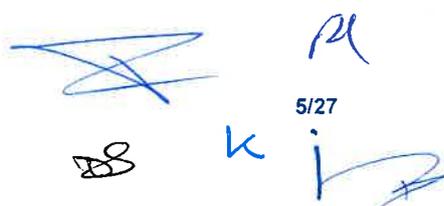
3.8 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, the initials 'BB', 'K', and 'i', and the number '5/27'.

Classe de ativos	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 20
Equipamento de transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 6
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As vidas úteis e método de depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Não existem bens em que a vida útil ultrapasse o período da concessão.

3.9. Ativos Intangíveis

i) Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

a) Contratos de Prestação de serviços - IFRIC 12 (aplicação supletiva)

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados, nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços através da utilização de determinadas infraestruturas, bem como o preço dessa prestação e controla igualmente um interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas afetas à prestação de serviço da Climaespaço (operador) são configuráveis no modelo do intangível (o operador é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas com direito de uso), pelo que existe risco de procura. No final do contrato de prestação de serviço, os ativos afetos à mesma revertem para a Direção-Geral do Tesouro e Finança, pelo seu valor líquido contabilístico.

Desta forma, os ativos relativos à distribuição urbana de frio e calor na Zona de Intervenção da EXPO'98, são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método da linha reta pelo período da prestação de serviço, isto é, 25 anos.

b) Licenças de emissão de CO2

A Empresa reconhece como ativo intangível as licenças de emissão de gases com efeito de estufa, quer tenham sido atribuídas gratuitamente, quer tenham sido adquiridas no mercado. Caso as licenças tenham sido atribuídas a título gratuito, a contrapartida do seu reconhecimento inicial é o registo como subsídio, diretamente no capital próprio, na rubrica "Outras variações no capital próprio – Subsídios".

No reconhecimento inicial, as licenças de emissão de gases com efeito de estufa, quer atribuídas a título gratuito, quer adquiridas a título oneroso, são mensuradas ao justo valor, que se presume coincidir com o custo de aquisição quando adquiridas a título oneroso.



Pelas emissões de gases com efeito de estufa é reconhecido um gasto com a respetiva amortização do ativo intangível e um rendimento em resultado do reconhecimento da quota-parte do subsídio correspondente.

A emissão de gases com efeito de estufa é mensurada ao custo das licenças detidas, segundo a fórmula de custeio FIFO. No caso de a Empresa emitir gases com efeito de estufa sem ser detentora das respetivas licenças, a mensuração deve ser feita pela melhor estimativa de preço para a sua obtenção.

Na alienação de licenças de emissão é apurado o ganho ou a perda entre o valor de realização e o respetivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio, o qual é registado em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente, no período em que ocorre a alienação.

Sempre que as emissões de gases com efeito de estufa excedem a quantidade de licenças detidas são reconhecidas as respetivas responsabilidades nos termos da NCRF 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3.10. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.11 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and a date "7/27" next to another signature on the right.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são classificados na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma

evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

i) Derivado – Determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Opções Futuras, são usados para transacionar um ativo subjacente numa data futura, por um preço definido. Concorrem para a formação do lucro tributável, salvo os previstos no n.º 3, do artigo 49º Instrumentos financeiros e derivados, os rendimentos ou gastos resultantes da aplicação do justo valor a instrumentos financeiros derivados, ou a qualquer outro ativo ou passivo financeiro utilizado como instrumento de cobertura

ii) Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos: os montantes de ativos por impostos diferidos foram registados nas demonstrações financeiras por ser entendimento do Conselho de Administração que o plano de negócios existente para os próximos anos, assegura a recuperabilidade dos mesmos;

iii) Recuperabilidade dos investimentos efetuados nas infraestruturas: a Empresa efetuou, à data de relato, testes de imparidade aos investimentos líquidos efetuados nas suas infraestruturas, estimando os fluxos de caixa futuros e descontando-os a uma taxa que reflete as expectativas do mercado quanto ao valor temporal



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large signature, the initials 'DB', 'M', 'K', 'J', and 'R', and the date '9/27'.

do dinheiro e quanto aos riscos específicos dos ativos. O entendimento do Conselho de Administração é que os fluxos de caixa futuros permitem assegurar a recuperabilidade dos investimentos efetuados nas infraestruturas.

3.14 Alterações de políticas contabilísticas

3.15.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se conforme segue:

	31.12.2022 (Nota 13)	31.12.2021 (Nota 13)
Numerário	1 900	1 900
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10 557 185	9 633 868
	<u>10 559 085</u>	<u>9 635 768</u>

5. PARTES RELACIONADAS

Identificação de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa era detida pelas seguintes entidades:

Entidade	Montante	%
Engie ES, S.A.	7 374 010	89,86%
Climespace, S.A.	533 426	6,50%
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	299 114	3,64%
	<u>8 206 550</u>	<u>100,00%</u>

As suas demonstrações financeiras são consolidadas na Engie ES, S.A., a qual tem sede em Paris, França.

Handwritten signatures and initials: AL, DS, V, 10/27, and a large stylized signature.

Remunerações da pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram conforme se segue:

Remuneração	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 18)	123 035	127 225
	<u>123 035</u>	<u>127 225</u>

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2022

	Serviços obtidos	Serviços prestados
Engie ES, S.A.	177 331	-
ENGIE S.R.L. B.V.	5 801	-
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	632 820	-
ENGIE Global Markets SAS	1 757 660	-
Engie - E. Novas, G. Renovável, Inov., Ef. Energética, S.A.	499 118	9 306
Arclasse - Serviço Total de Climatização, S. A.	13 594	-
	<u>3 086 324</u>	<u>9 306</u>

2021

	Serviços obtidos	Serviços prestados
Engie ES, S.A. (b)	176 066	-
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	461 290	-
Engie - E. Novas, G. Renovável, Inov., Ef. Energética, S.A.	540 097	8 789
Arclasse - Serviço Total de Climatização, S. A.	69 831	-
	<u>1 247 284</u>	<u>8 789</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Serviços obtidos" inclui os montantes de 469.211 Euros e 347.133 Euros, respetivamente, que resultam da responsabilidade da Empresa de liquidar ao concedente Direção-Geral do Tesouro e Finanças, num determinado exercício, uma percentagem pré-definida dos direitos de ligação recebidos e da faturação do ano. A mesma rubrica inclui ainda os montantes de 136.030 Euros e 124.602 Euros, registados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente, que se referem a seguros de responsabilidade civil e de Equipamentos, contratados com o acionista Engie ES, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de "serviços obtidos" no montante de 481.417 Euros e 461.290 Euros correspondem aos serviços partilhados e aquisição de serviços de manutenção e construção da Engie - E. Novas, G. Renovável, Inovação., Eficiências Energética, S.A.

M ~~AS~~ K 11/27

Em 31 de dezembro de 2022, a Climaespaço registou compras de CO2 no montante de 1.757.660 Euros e derivados no valor de 908.975 Euros.

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2022

	Contas a pagar correntes			Total contas a pagar
	Clientes	Outras contas a pagar	Fornecedores	
ENGIE S.R.L. B.V.		(5 801)	-	(5 801)
Engie ES, S.A.		(29 700)	(40 820)	(70 520)
ENGIE Global Markets SAS		(908 975)	(1 757 660)	(2 666 635)
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	-	(469 211)	-	(469 211)
Outras partes relacionadas:				
Climespace, S.A.	-		(26 867)	(26 867)
Arclasse - Serviço Total de Climatização, S. A.	-		(3 305)	(3 305)
Engie - E. Novas, G. Renovável, Inov., Ef. Energética, S.A.	9 232		(185 178)	(175 946)
	<u>9 232</u>	<u>(1 413 687)</u>	<u>(2 013 830)</u>	<u>(3 418 285)</u>

2021

	Contas a pagar correntes			Total contas a pagar
	Clientes	Outras contas a pagar	Fornecedores	
Engie ES, S.A.	-		(165 909)	(165 909)
Engie Global Markets SAS			(515 775)	(515 775)
Arclasse - Serviço Total de Climatização, S. A.	-	(1 319)	-	(1 319)
Climespace, S.A.	-		(26 867)	(26 867)
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	-	(347 133)	-	(347 133)
Engie - E. Novas, G. Renovável, Inov., Ef. Energética, S.A.	-		(192 017)	(192 017)
	<u>-</u>	<u>(348 452)</u>	<u>(900 568)</u>	<u>(1 249 020)</u>

A empresa adquiriu a Engie Global Market, em 23 de dezembro de 2022 (data da negociação), um swap de commodities, onde pagará um preço fixo de EYR 88,25 MWh e receberá o preço TTF flutuante:

ENGIE GLOBAL MARKETS is	Notional Quantity per Calculation Period (in MWh)	Start Delivery Date	End Delivery Date	Publication Start Date	Publication End Date	Settlement Date
Seller	5,300.00	01 Feb 2023 06:00	01 Mar 2023 06:00	03 Jan 2023	31 Jan 2023	07 Mar 2023
Seller	5,000.00	01 Mar 2023 06:00	01 Apr 2023 06:00	01 Feb 2023	28 Feb 2023	11 Apr 2023

Embora este derivado só tenha vigência em fevereiro de 2023, ele já está contratualizado, sujeito a avaliação e, portanto, foi reconhecido no balanço de 2022 como passivo. A diferença do Justo Valor a 31 de dezembro de 2022 foi contabilizada em Variações de Justo Valor, conforme abaixo.






Volume	Preço fixos	Mtm 30/12/2022	
5 300	88,25	76,31	63 282
5 000	88,25	78,21	50 200
			<u>113 482</u>

Garantias prestadas

A Empresa prestou duas garantias bancárias à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em 2009, no montante total de 1.291.134 Euros, destinadas a garantir o cumprimento atempado das obrigações assumidas pelo contrato celebrado entre as partes (Nota Introdutória).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2022				Total
	Licenças de emissão de CO2	Programas de computador	Ativos intangíveis - Direito de uso	Ativos intangíveis em curso	
Ativos					
Saldo inicial	95 171	395 271	66 075 337	355 404	66 921 183
Aquisições	1 822 740	-	34 997	65 537	1 923 274
Atribuições gratuitas	289 313	-	-	-	289 313
Transferências	-	-	193 562	(189 255)	4 307
Saldo final	<u>2 207 224</u>	<u>395 271</u>	<u>66 303 896</u>	<u>231 686</u>	69 138 077
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	347 071	58 204 346	-	58 551 417
Depreciações do exercício (Nota 19)	1 482 393	24 266	4 001 184	-	5 507 843
Saldo final	<u>1 482 393</u>	<u>371 337</u>	<u>62 205 530</u>	<u>-</u>	64 059 260
Ativos intangíveis líquidos	<u>724 831</u>	<u>23 934</u>	<u>4 098 366</u>	<u>231 686</u>	5 078 817

2021

	Licenças de emissão de CO2	Programas de computador	Ativos intangíveis - Direito de uso	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos					
Saldo inicial	22 511	384 146	64 520 511	1 501 871	66 429 039
Aquisições	1 744 415	1 300	-	418 184	2 163 899
Atribuições gratuitas	115 777	-	-	-	115 777
Transferências	-	9 825	1 554 826	(1 564 651)	-
Saldo final	1 882 703	395 271	66 075 337	355 404	68 708 715
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	318 279	54 803 532	-	55 121 811
Depreciações do exercício (Nota 19)	1 787 503	28 792	3 400 814	-	5 217 109
Acerto	29	-	-	-	29
Saldo final	1 787 532	347 071	58 204 346	-	60 338 949
Ativos intangíveis líquidos	95 171	48 200	7 870 991	355 404	8 369 766

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Ativos intangíveis – Direito de uso", inclui dispêndios incorridos com propriedade intelectual e outros direitos, referentes, essencialmente, ao direito de superfície do terreno onde está instalada a central termoelétrica de produção de frio e calor, o qual vigora por um prazo igual ao do contrato celebrado com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

As depreciações do exercício, no montante de 5.507.843 Euros (5.217.109 Euros em 2021), foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos de depreciação e de amortização" (Nota 19).

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2022

	Edifícios e outras construções	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	45 038	27 799	488 818	71 725	633 380
Aquisições	-	-	690	-	690
Transferências	-	-	-	(4 307)	(4 307)
Saldo final	45 038	27 799	489 508	67 418	629 763
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	45 038	25 081	469 904	52 678	592 701
Depreciações do exercício (Nota 19)	-	1 916	12 422	7 460	21 798
Acertos	-	-	-	1	1
Saldo final	45 038	26 997	482 326	60 139	614 500
Ativos tangíveis líquidos	-	802	7 182	7 279	15 263

Os subsídios do Governo atribuídos à Empresa, no decurso, essencialmente, do exercício de 1998, tiveram como finalidade a aquisição de ativos intangíveis afetos ao contrato de prestação de serviço (Nota Introdutória). Estes subsídios não são reembolsáveis, sendo reconhecidos como rendimento do exercício durante a vida útil dos ativos que lhes estão associados.

O rédito dos períodos de 2022 e 2021, no montante de 105.322 Euros foi registado na rubrica da demonstração dos resultados "Outros Rendimentos e Ganhos" (Nota 20).

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	18 229	10 252
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores	-	-
	<u>18 229</u>	<u>10 252</u>
Reversão/aumento de impostos diferidos	(392 617)	(135 532)
	<u>(392 617)</u>	<u>(135 532)</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(374 388)</u>	<u>(125 280)</u>

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Resultado antes de imposto	(2 175 414)	(595 348)
Taxa de imposto (excluindo taxa máxima e derrama)	22,5%	22,5%
	<u>(489 468)</u>	<u>(133 953)</u>
Diferenças temporárias:		
Plano de manutenção IFRIC 12	122 684	65 850
Dedução de prejuízos fiscais	228 259	83 330
Imparidade de clientes	(7 461)	(6 408)
Diferenças permanentes:		
Outros	7 061	(1 579)
Tributação autónoma	11 168	10 252
Reversão/(aumento) de ativos e passivos por impostos diferidos:		
Prejuízos fiscais não recuperáveis	96 851	-
Dedução de prejuízos fiscais	(228 259)	(83 330)
Plano de manutenção IFRIC 12	(122 684)	(65 850)
Imparidade de clientes	7 461	6 408
Gastos com impostos sobre o rendimento	<u>(374 388)</u>	<u>(125 280)</u>
Taxa efetiva de imposto	17,2%	21,0%

Impostos diferidos

Em resultado das alterações introduzidas pela Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro, que alterou o artigo 87.º do Código do IRC, fixando a partir de 2015 inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, a Empresa procedeu à atualização dos seus ativos e passivos por impostos diferidos.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2022	2021	2022	2021
Diferenças derivadas da conversão para NCRF				
Efeito do reconhecimento do acréscimo de gastos para manutenção	-	-	96 139	218 822
Efeito da reclassificação de subsídios não reembolsáveis	-	-	23 698	47 396
Impostos diferidos de imparidade	7 136	14 598	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	400 865	123 470	-	-
	<u>408 001</u>	<u>138 068</u>	<u>119 837</u>	<u>266 218</u>

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 400.865 Euros (123.470 em 2021).

Com a Lei do OE para 2023, foi alterado o Código do IRC, deixando a dedução dos prejuízos fiscais de ter limitação temporal, sendo esta alteração aplicada à dedução aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso na data da entrada em vigor do OE para 2023.

Prejuízos fiscais conforme se segue:

	Prejuízo Fiscal	Data
Gerados em:		
2020	151 945	N/A
2021	240 020	N/A
2022	1 282 938	N/A
	<u>1 674 903</u>	

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi como se segue:






	2022		2021	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	203 917	332 068	68 385	355 766
Reclassificação de impostos de transição	-	-	-	-
Efeito em resultados:				
Prejuízos fiscais reportáveis	277 395	-	76 091	-
Plano de manutenção IFRIC 12	122 684	-	65 850	-
Diferenças derivadas da Imparidade	(7 461)	-	(6 409)	-
	392 618	-	135 532	-
Efeito em reservas:				
Diferenças derivadas da conversão para NCRF	-	(23 697)	-	(23 698)
	-	(23 697)	-	(23 698)
Saldo final	596 535	308 371	203 917	332 068

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre ativos e passivos numa base contabilística e fiscal, tendo as mesmas sido reconhecidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com base na taxa agregada de imposto de 22,5% (exceto no que respeita aos prejuízos fiscais, caso em que a taxa utilizada é 21%).

12. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Emissão de gases com efeito de estufa

No âmbito da atribuição de licenças de emissão de CO2 a título gratuito, foram atribuídas à Empresa, 3.464 toneladas para o período de 2022, Tabela de Atribuição Nacional para o período 2021-2025 nos termos do artigo 10-A da Diretiva 2003/87/EC, que aprova a lista de instalações consideradas elegíveis para atribuição de licenças de emissão a título gratuito, para o período 2021-2025.

Durante o exercício de 2022, a Empresa emitiu 25.961 toneladas de CO2, as quais serão sujeitas a uma auditoria ambiental por parte de uma entidade especializada e independente.

O movimento das licenças de emissão de CO2 da Empresa no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022							
	Licenças CELE 2013		EUA 2013-2020		CER 2013-2020		Total de licenças	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Saldo inicial	-	-	2 140	95 179	-	-	2 140	95 179
Atribuídas no exercício	3 464	289 313	-	-	-	-	3 464	289 313
Adquiridas no exercício (Nota 6)	-	-	27 900	1 822 740	-	-	27 900	1 822 740
Consumidas no exercício (Nota 6)	(3 464)	(289 313)	19 033	(1 193 089)	-	-	15 569	(1 482 402)
Saldo final	-	-	49 073	724 830	-	-	49 073	724 830

	2021							
	Licenças CELE 2013		EUA 2013-2020		CER 2013-2020		Total de licenças	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Saldo inicial	-	-	940	22 522	-	-	940	22 522
Atribuídas no exercício	3 558	115 777	-	-	-	-	3 558	115 777
Adquiridas no exercício (Nota 6)	-	-	25 500	1 744 415	-	-	25 500	1 744 415
Consumidas no exercício (Nota 6)	(3 558)	(115 777)	(24 300)	(1 671 758)	-	-	(27 858)	(1 787 535)
Saldo final	-	-	2 140	95 179	-	-	2 140	95 179

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa procedeu à emissão de, respetivamente, 30.788 toneladas e 27.858 toneladas de gases com efeito de estufa.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2022			2021		
	Custo /	Perdas por	Quantia	Custo /	Perdas por	Quantia
	Custo	imparidade	escriturada	Custo	imparidade	escriturada
	amortizado	acumuladas	líquida	amortizado	acumuladas	líquida
Disponibilidades:						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	10 559 085	-	10 559 085	9 635 768	-	9 635 768
	10 559 085	-	10 559 085	9 635 768	-	9 635 768
Ativos financeiros ao custo:						
Clientes	4 421 126	(135 473)	4 285 653	2 391 333	(181 139)	2 210 194
Outras contas a receber	984 190	-	984 190	1 352 930	-	1 352 930
Outras ativos financeiros	7 346	-	7 346	4 997	-	4 997
	5 412 662	(135 473)	5 277 189	3 749 260	(181 139)	3 568 121
	15 971 747	(135 473)	15 836 274	13 385 028	(181 139)	13 203 889

Clientes e outras contas a receber

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes" em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

19/27

	2022			2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia
			escriturada líquida			escriturada líquida
Não vencido	2 168 464	-	2 168 464	1 055 003	-	1 055 003
Vencido:						
0-30 dias	1 089 459	-	1 089 459	740 362	-	740 362
30-90 dias	872 815		872 815	98 196		98 196
> 90 dias	290 388	(135 473)	154 915	497 772	(181 139)	316 633
	<u>4 421 126</u>	<u>(135 473)</u>	<u>4 285 653</u>	<u>2 391 333</u>	<u>(181 139)</u>	<u>2 210 194</u>

Para as determinações das perdas por imparidade são consideradas os montantes de depósitos de garantias efetuados por clientes.

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2022		2021	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Ativos financeiros ao custo:				
Perdas por imparidade	45 666	-	258 000	(138 008)

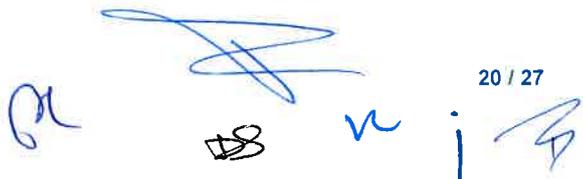
Os rendimentos e gastos detalhados atrás foram registados nas seguintes rubricas:

	2022	2021
Imparidade de dívidas a receber	45 666	119 992

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as outras contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Consumos não faturados	544 830	-	544 830	238 217	-	238 217
Outros devedores						
Plano de manutenção - IFRIC 12	427 283	-	427 283	972 547	-	972 547
Caução da renda da sede	2 750	-	2 750	2 750	-	2 750
Outros	9 327	-	9 327	3 769	-	3 769
	<u>984 190</u>	<u>-</u>	<u>984 190</u>	<u>1 217 283</u>	<u>-</u>	<u>1 217 283</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de 544.830 Euros registado na rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos – Prestações de serviços" refere-se à faturação da eletricidade de dezembro de 2022, que apenas foi efetuada em janeiro de 2023.



O montante de 7.346 Euros e 4.997 Euros, registados na rubrica outros ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente, correspondem ao fundo de compensação do trabalho (FCT) o qual é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O movimento da rubrica "Plano de manutenção – IFRIC 12" no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 1-1-2021	Aumentos do exercício (Nota 17)	Utilizações	Saldo 31-12-2021	Aumentos do exercício (Nota 17)	Utilizações	Saldo 31/12/2022
Plano de manutenção - IFRIC 12	1 265 213	(680 616)	387 950	972 547	(680 616)	135 352	427 283
	1 265 213	(680 616)	387 950	972 547	(680 616)	135 352	427 283

Os reforços do exercício foram efetuados com base no plano de despesas de manutenção e substituição associadas à exploração do direito de uso por forma a fazer face à sua melhor estimativa de despesas a incorrer para liquidar as suas obrigações na data de balanço.

PASSIVOS FINANCEIROS	2022	2021
Passivos financeiros ao custo:		
Fornecedores	4 865 664	2 059 873
Outras contas a pagar	6 251 638	1 199 747
	<u>11 117 302</u>	<u>3 259 620</u>

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	1 384 688	1 462 275
0-30 dias	2 097 670	554 229
30-90 dias	353 447	18 445
90-360 dias	1 029 859	24 924
	<u>4 865 664</u>	<u>2 059 873</u>

Instrumentos de capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no montante de 8.206.550 Euros respeita ao seu valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é representado pelas seguintes categorias de ações:

	Valor nominal	Nº de ações	Montante total
2022			
Ações nominativas	3,47	2 365 000	8 206 550
2021			
Ações nominativas	3,47	2 365 000	8 206 550



 21/27

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as reservas legais e as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reservas legais	Outras reservas	Total
Quantia em 1-1-2021	677 308	1 343 044	2 020 352
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020	14 445	28 891	43 336
Quantia em 31-12-2021	691 753	1 371 935	2 063 688
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-
Quantia em 31-12-2022	691 753	1 371 935	2 063 688

Reservas legais: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Esta rubrica diz respeito ao fundo de conservação, renovação e adaptação tecnológica de equipamento e instalações associados ao direito de uso, conforme previsto nos Estatutos da Empresa.

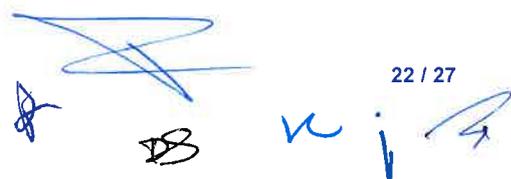
Outras variações no capital próprio: Esta rubrica diz respeito aos subsídios aos investimentos.

Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral da Empresa, realizada a 29 de março de 2022, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante negativo de 470.068 Euros, foi totalmente transferido para resultados transitados.

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas do ativo e do passivo "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:



	2022	2021
Outras contas a pagar - Não corrente:		
Outros credores:		
Depósitos de garantia recebidos de clientes	-	3 028 966
	-	3 028 966
Outras contas a pagar - Corrente:		
Credores por acréscimos:		
Outros credores por acréscimos	1 431 810	484 330
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	469 211	347 133
Remunerações a liquidar	299 373	283 271
Outros credores:		
Depósitos de garantia recebidos de clientes	3 106 197	-
Juros de suprimentos dos acionistas (Nota 5)	26 867	26 867
Outros	893 929	16 615
Fornecedores de investimentos	24 251	41 531
	6 251 638	1 199 747

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de 3.106.197 Euros e 3.028.966 Euros, respetivamente, registados na rubrica de outros credores, correspondem a depósitos de garantia obtidos de clientes. O contrato que regula a atividade da Empresa prevê a prestação de um depósito de garantia por parte de todos os clientes. O valor do depósito de garantia é definido em função da potência contratada. Estes montantes, que se destinam a assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, permanecem na posse na Empresa durante a vigência dos contratos celebrados com os clientes da Empresa.

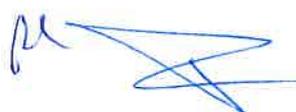
O montante de 1.431.810 Euros registado na rubrica de "Outros credores por acréscimos", em 31 de dezembro de 2022 (484.330 Euros em 2021), inclui o montante, referente ao custo com o consumo de gás natural, relativo ao mês de dezembro de 2022, o qual apenas foi faturado pelo fornecedor no decurso do mês de janeiro de 2023.

Os montantes de 469.211 Euros e 347.133 Euros, registados na rubrica "Direção-Geral do Tesouro e Finanças" em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente, correspondem ao montante devido ao acionista Direção-Geral do Tesouro e Finanças, pelas rendas relativas ao exercício corrente que são liquidadas apenas no exercício seguinte.

16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:				
Estimativa de imposto	1 938	-	-	3 191
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	33 671	-	20 824
Imposto sobre o valor acrescentado	126 647	-	-	184 832
Contribuições para a Segurança Social	-	25 114	-	27 319
Outros Impostos		348		436
	128 585	59 133	-	236 602






	2022	2021
Diferimentos ativos:		
Comparticipação nos direitos de ligação	213 916	389 641
Contratos de garantia	85 586	97 882
Seguros liquidados antecipadamente	91 333	82 268
Rendas pagas antecipadamente	2 749	2 749
Outros	1 994	2 190
	<u>395 578</u>	<u>574 730</u>
Diferimentos passivos não correntes:		
Direitos de ligação	-	3 151 640
	<u>-</u>	<u>3 151 640</u>
Diferimentos passivos correntes:		
Direitos de ligação	3 183 563	2 355 664
Outros	32 432	-
	<u>3 215 995</u>	<u>2 355 664</u>

O montante de 3.183.563 Euros e 5.507.304 Euros, registados na rubrica outros ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente, registado na rubrica "Diferimentos Passivos", é referente a direitos e ligação faturados a clientes. Este montante encontra-se a ser reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados durante o período de duração do contrato de prestação de serviço (Nota 3.2.).

O montante de 395.578 Euros, compreendido na rubrica de "Diferimentos ativos", inclui as participações pagas pela Empresa ao concedente Direção-Geral do Tesouro e Finanças, pelo direito de utilização das galerias técnicas. Este montante encontra-se a ser reconhecido como gasto na demonstração dos resultados durante o período de duração do contrato de prestação de serviço. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi reconhecido na demonstração dos resultados o montante 176.449 Euros e de 144.610 Euros, na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos".

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:







23/27

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Combustíveis - gás natural	7 253 554	3 854 759
Trabalhos especializados	613 551	626 096
Despesas com plano de manutenção (Nota 13)	680 616	680 616
Conservação e reparação	228 696	176 191
Gastos com eletricidade	3 046 606	88 613
Outros	1 743 118	1 599 733
	<u>13 566 141</u>	<u>7 026 008</u>

A rubrica de "Combustíveis – gás natural" respeita essencialmente a gastos com consumos de gás natural utilizado na central de trigeriação de energia.

O aumento com gastos de eletricidade, variou em função da suspensão atividade cogeração devido ao elevado preço do gás natural e o aumento do preço.

18. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 5)	123 035	127 225
Remunerações do pessoal	1 099 661	930 166
Encargos sobre remunerações	256 311	240 108
Seguros de saúde e acidentes de trabalho	49 514	47 642
Outros	27 524	34 390
	<u>1 556 045</u>	<u>1 379 531</u>

A rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 compreende o montante de 123.035 Euros (127.225 em 2021) relativo a remunerações de pessoas chave da gestão (Nota 5).

Durante os exercícios de 2022 e 2021, o número médio de pessoas ao serviço da Empresa foi de 32 e 31 pessoas, respetivamente.

19. DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

A rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Ativos intangíveis (Nota 6)	5 507 843	5 217 109
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	21 798	24 436
	<u>5 529 641</u>	<u>5 241 545</u>



A rubrica "Amortizações do exercício – Ativos intangíveis", em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os montantes de 1.482.393 Euros e 1.787.535 Euros, respetivamente, referentes aos consumos de licenças de missão de CO2 (Nota 6).

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Subsídios ao investimento não reembolsáveis (Nota 10)	105 322	105 322
Emissão de CO2 - licenças gratuitas consumidas	294 234	117 617
Restituição de impostos	-	984
Outros rendimentos e ganhos	16 392	18 240
	<u>415 948</u>	<u>242 163</u>

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Impostos	49 279	46 146
Outros		
Quotizações	11 407	12 086
Outros gastos e perdas	15 972	4 651
	<u>76 658</u>	<u>62 883</u>

A rubrica "Impostos" em 31 de dezembro de 2022, inclui o valor de 45.000 Euros (45.800 em 2021) referente a taxas hídricas pagas às autoridades competentes pela utilização das águas do rio Tejo.

Despesas sobre as garantias bancárias existentes de acordo com o contrato de prestação de serviços com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças:

	2022	2021
Juros suportados		
Comissões e encargos similares	13 317	12 912
Outros financiamentos	-	12 912
	<u>13 317</u>	<u>12 912</u>

22. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinado conforme se segue:



 PK

 VL

 26 / 27

 13

	2022	2021
Resultados:		
Resultado líquido do período	(1 821 026)	(470 068)
Número de ações	2 365 000	2 365 000
Resultado por ação básico	N/A	N/A

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

23. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os gastos incorridos com os honorários de Revisores Oficiais de Contas totalizaram o valor de 15.295 Euros com data referência de 31 de dezembro de 2022.

24. DÍVIDAS EM MORA

A Entidade não apresenta dívidas em mora perante as Finanças e à Segurança Social.

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem acontecimentos após a data do balanço que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Climaespaço – Sociedade de Produção e Distribuição Urbana de Energia Térmica, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas, sem ênfases, sem outras matérias e com uma Incerteza material relacionada com a continuidade.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da Climaespaço - Sociedade de Produção e Distribuição Urbana de Energia Térmica, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2022 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2022 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2022, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 17 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC n.º 1410
Registado na CMVM com o n.º 20161020

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Climaespaço – Sociedade de Produção e Distribuição Urbana de Energia Térmica, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 22.658.038 euros e um total de capital próprio de 8.145.771 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.801.026 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Climaespaço – Sociedade de Produção e Distribuição Urbana de Energia Térmica, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como referido na Nota 2.1 das notas anexas às demonstrações financeiras, a Entidade prepara as demonstrações financeiras na base da continuidade das operações, apesar de, conforme detalhado na Nota 1, o contrato de prestação de serviços celebrado em 12 de julho de 1995 com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e no qual a Entidade baseia exclusivamente a sua atividade, ter o seu termo previsto para 31 de dezembro de 2023, podendo ser renovado por períodos adicionais de 10 anos. Estas circunstâncias, conforme mencionado na Nota 3.1 das notas anexas às demonstrações financeiras, indiciam a existência de uma incerteza material que pode colocar em causa a sua capacidade em continuar o seu curso normal de negócios. Neste contexto, a continuidade da Entidade está dependente da conclusão com sucesso do processo de renovação do contrato de prestação de serviços com Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✦ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ✦ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC n.º 1410
Registado na CMVM com o n.º 20161020